



TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIAS SOLICITANTES:

Secretaria Municipal de Finanças

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Educação

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TR: Adriane Viana Resende Araujo

SOLICITAÇÃO DE DESPESA Nº: 1493, 1492, 1494 e 1501/2026

RECURSO: PRÓPRIO

1. OBJETO

1.1 A presente contratação, por meio de inexigibilidade de licitação, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, tem como objeto a **Contratação destinada ao pagamento de taxa de inscrições para a participação de gestores municipais na XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.**

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 Justifica-se a presente contratação, sendo que a participação é indispensável para a Governança Municipal, a necessidade baseia-se em:

a) Alinhamento Estratégico: Sendo o maior evento do setor na América Latina, a Marcha é o único espaço que permite o diálogo direto e simultâneo entre os Municípios, o Congresso Nacional e o Governo Federal.

b) Defesa de Pautas Federativas: A presença física dos gestores é crucial para a mobilização política em torno de temas como a redistribuição de receitas, novos marcos regulatórios e o pacto federativo.

c) Qualificação de Alto Nível: O evento funciona como uma imersão técnica em gestão e desenvolvimento, essencial para que secretários e prefeitos atualizem suas administrações conforme as tendências de governança pública global.

3. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

3.1 Inscrição de 04(quatro) secretários na XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

3.1.1 Segue abaixo a relação das servidoras que participarão do curso:

Nome	Cargo	Matrícula
Odila Cecilia Roberto	Secretária de Finanças	6377
Cleide Maria Anzil	Secretária de Saúde	6824
Leia Maria Rea Nedel	Secretária de Educação	6873
Marcio Clei Ferreira do Nascimento	Secretário de Des. Econômico	6381

4. RELAÇÃO DOS ITENS COM QUANTITATIVO E VALORES

Nº DO ITEM	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR	TOTAL
1	56078	Taxa de inscrição na XXVII Marcha a Brasília	un - unidade	4	600,00	2.400,00



5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1 Essa contratação está prevista no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme publicação no Diário Oficial dos Municípios (AMM).

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

6.1 A solução proposta consiste na participação estratégica e na imersão técnica da comitiva municipal na XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, estruturada como um ecossistema de capacitação e representação institucional. A contratação abrange não apenas o acesso físico ao evento, mas a integração do Município em uma plataforma de soluções públicas que se divide nos seguintes pilares:

- a) Capacitação Técnica e Consultoria *In Loco*: Acesso a arenas técnicas dedicadas a áreas críticas (Saúde, Educação, Assistência Social, Finanças e Jurídico), onde os gestores poderão sanar dúvidas específicas sobre a execução de convênios federais e a aplicação de novas normativas com consultores da CNM.
- b) Articulação Política e Defesa Institucional: Participação nas plenárias de debate com os chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Este pilar permite que o Município atue diretamente na pressão política por pautas como o aumento do FPM, a desoneração da folha de pagamento e a revisão do pacto federativo.
- c) Acesso à Inovação e Modernização Administrativa: Visitação à feira de expositores, que reúne as principais soluções tecnológicas, softwares de gestão e equipamentos voltados à eficiência do serviço público e à implementação do conceito de *Cidades Inteligentes*;
- d) Intercâmbio de Governança e Boas Práticas: Oportunidade de *networking* com gestores de todas as regiões do país, permitindo a identificação de modelos de gestão bem-sucedidos que podem ser replicados localmente, otimizando o uso dos recursos públicos;

6.2 Em suma, a solução configura-se como um investimento no capital intelectual e político da Administração Municipal. Ao garantir a presença na XXVII Marcha, o Município assegura que seus líderes estejam na vanguarda das discussões que impactam o orçamento e a autonomia local, evitando o isolamento institucional e garantindo o acesso antecipado a informações que nortearão o fechamento de contas e o planejamento estratégico do próximo exercício. Trata-se, portanto, de uma medida essencial para a continuidade administrativa e para o fortalecimento da capacidade de resposta do Município frente aos desafios socioeconômicos do país.

7. RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO E VALOR

7.1 As contratações realizadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei, obrigação essa advinda do dispositivo constitucional, previsto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, o qual determinou que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços a serem disponibilizados perante este órgão.

7.2 O objetivo da licitação, portanto, é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade.



Licitar é a regra. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, tendo em vista a impossibilidade de se estabelecer a concorrência entre licitantes.

7.3 Nesse sentido, a Lei previu exceções à regra de realização da licitação, através de hipóteses de Dispensas e Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de contratações realizadas sob a regência dos artigos 72 a 75 da Lei nº 14.133/2021.

7.4 O art. 74 da Lei nº 14.133/2021 elencou, em seus incisos, exemplos daquilo que caracteriza inviabilidade de competição, dentre eles, o contido no inciso III, o qual permite a contratação direta quando se tratar de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, a saber:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

7.5 No caso em tela, a inexigibilidade de licitação é necessária para contratação Contratação de inscrições para a participação de gestores municipais na XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. O evento, consagrado como o maior encontro municipalista da América Latina, ocorrerá de 18 a 21 de maio de 2026. A solução visa integrar a liderança do Executivo local no principal fórum de debate sobre políticas públicas e desenvolvimento institucional do continente

7.6 Estima-se que o valor da contratação seja de R\$ 2.400,00, que corresponde ao valor de R\$ 600,00 por participante. Conforme demonstrado na pesquisa de preços anexadas a este Instrumento, o valor está dentro do praticado no mercado para soluções de mesma natureza, atendendo aos princípios da razoabilidade e economicidade.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1 São obrigações da Administração Pública:

- a)** Emitir ordem de fornecimento e zelar para o bom cumprimento do objeto;
- b)** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor contratado, de acordo com este instrumento;
- c)** Emitir ordem de fornecimento e zelar para o bom cumprimento do objeto;
- d)** Receber o serviço no prazo e nas condições estabelecidas neste Instrumento;
- e)** Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;
- f)** Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas neste Instrumento;
- g)** Fiscalizar a execução dos serviços prestados;



- h) Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- i) Aplicar as sanções administrativas pertinentes, em caso de inadimplemento;
- j) Caberá ao Município receber o serviço contratado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Instrumento.

8.2 São obrigações do fornecedor contratado:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- b) Cumprir rigorosamente os termos do ajuste, ao qual se vincula totalmente, não sendo admitidas retificações ou cancelamentos, quer seja nos preços ou nas condições estabelecidas;
- c) Efetuar o serviço de acordo com o solicitado, bem como das normas constantes no Estudo;
- d) Comunicar imediatamente e por escrito à Administração Municipal, por meio da fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularizações se necessárias;
- e) Responder legal e financeiramente por todas as obrigações e compromissos contraídos com terceiros, para a execução deste contrato, bem como, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários, comerciais e outros afins, quaisquer que sejam as rubricas, a elas não se vinculando ao CONTRATANTE a qualquer título, nem mesmo sob o fundamento de solidariedade;
- f) Será responsável pelo fornecimento dos serviços dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na Lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor ao Município;
- g) A contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscal e comercial;
- h) Refazer os serviços em desacordo com as especificações constantes no pedido, sem ônus a Administração;
- i) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Campo Novo do Parecis, no tocante ao fornecimento do serviço, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.

9. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1 Com a execução desta contratação, a Administração Municipal busca alcançar resultados que impactam diretamente a eficiência da gestão e a sustentabilidade financeira do Município, destacando-se:

- a) O treinamento possibilitará, ainda, a atualização contínua dos servidores quanto às normas legais, regulamentações e orientações emanadas pelos órgãos de controle e fiscalização, assegurando maior conformidade, qualidade e autenticidade das informações contábeis e orçamentárias elaboradas pela administração municipal.
- b) Aprimoramento da Gestão Fiscal e Orçamentária: Espera-se que, através das consultorias técnicas e painéis sobre a Reforma Administrativa e novas regras da



Reforma tributária, os Secretários possam otimizar o planejamento financeiro para o encerramento do exercício de 2026.

c) Fortalecimento da Representatividade Política: O resultado pretendido é a inserção direta das demandas de Campo Novo do Parecis na agenda nacional, especialmente no que tange à liberação de emendas parlamentares e adesão a novos programas do Governo Federal.

d) Capacitação Técnica Multidisciplinar: Obter atualização normativa imediata para as pastas de Saúde, Educação, Finanças e Desenvolvimento Econômico, reduzindo a incidência de erros administrativos e possíveis apontamentos pelos órgãos de controle (Tribunal de Contas).

e) Inovação e Modernização de Serviços: Identificar e prospectar tecnologias e modelos de cidades inteligentes apresentados na feira de expositores, visando a futura implementação de soluções que reduzam custos operacionais na prestação de serviços ao cidadão.

f) Mitigação de Riscos Jurídicos: Garantir que o corpo de secretários esteja alinhado com as recentes decisões dos Tribunais Superiores e mudanças legislativas que afetam a autonomia municipal, prevenindo judicializações desnecessárias.

9.2 Em suma, o resultado final esperado não é apenas a participação no evento, mas o retorno técnico e financeiro advindo da qualificação dos gestores e da defesa ativa dos interesses econômicos do Município perante a União, consolidando uma governança moderna e alinhada às melhores práticas nacionais.

10. MODELO DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

10.1 A contratação deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2 O instrumento será fiscalizado por um fiscal cujas atribuições são relativas à execução do objeto contratual, conforme estabelecido no Decreto Municipal 56/2023.

10.3 Os agentes fiscalizadores serão designado mediante memorando elaborado pela secretaria solicitante.

10.4 Após a Nota de Autorização de Despesa será elaborado o plano de fiscalização do mesmo, conforme as estratégias de execução do serviço em consonância ao Decreto Municipal 56/2023.

10.5 A execução da contratação deverá ser acompanhado e fiscalizado por meio de instrumentos de controle, que compreendam, quando for o caso, a mensuração dos seguintes aspectos:

- a)** os resultados alcançados em relação a contratação, com a verificação dos prazos de fornecimento e da qualidade demandada;
- b)** os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigida, quando se tratar de contrato com dedicação exclusiva de mão de obra;
- c)** a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- d)** a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- e)** o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- f)** a satisfação do público usuário, quando cabível.



10.5.1 O fiscal da contratação deverá verificar ainda os impactos sobre o pagamento, nas situações em que a contratada:

- a) Não produzir os resultados, deixar de fornecer, ou não fornecer com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.5.2 O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Edital e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

10.6 O serviço será recebido provisoriamente em 05 (cinco) dias, e para tanto deverá observar se o produto/serviços está condizente com a fatura, com as informações do contrato, ou documento equivalente, com a Nota de Empenho, assim como observar se o serviço está sendo entregue em perfeitas condições de consumo e dentro das especificações contratadas.

10.7 O fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.8 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021.

10.9 As notificações serão comunicadas preferencialmente por meio de endereço eletrônico da contratada, devendo a contratada informar em seus documentos as informações necessárias para tanto, e eventualmente mediante ofício de forma presencial.

11. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado, em parcela única, por meio de Ordem Bancária (OB) emitida em favor do fornecedor, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento da Nota Fiscal/fatura dos itens/serviços efetivamente entregues, devidamente atestada pelo agente fiscalizador designado para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 56/2023.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária 04.001.04.129.0002.20018.3390000000.15000000000000 - APLICAÇÕES DIRETAS 09.001.12.122.0002.20054.3390000000.15001001000000 - APLICAÇÕES DIRETAS 10.001.10.122.0011.20074.3390000000.15001002000000 - APLICAÇÕES DIRETAS 08.001.23.122.0002.20041.3390000000.15000000000000 - APLICAÇÕES DIRETAS

Campo Novo do Parecis/MT, 27 de abril de 2026.



Leandro Nery Varaschin

Agente de Contratação

Odila Cecília Roberto

Secretária Municipal de Finanças

Cleide Maria Anzil

Secretária Municipal de Saúde

Leia Maria Rea Nedel

Secretária Municipal de Educação

Marcio Clei Ferreira do Nascimento

Secretário de Desenvolvimento Econômico



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: CF19-9C96-162B-27EC

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ CLEIDE MARIA ANZIL (CPF 778.XXX.XXX-00) em 27/04/2026 09:43:13 GMT-04:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ LEANDRO NERY VARASCHIN (CPF 948.XXX.XXX-15) em 27/04/2026 10:00:42 GMT-04:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MARCIO CLEI FERREIRA DO NASCIMENTO (CPF 568.XXX.XXX-20) em 27/04/2026 10:11:05 GMT-04:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ODILA CECILIA ROBERTO (CPF 270.XXX.XXX-87) em 27/04/2026 12:59:41 GMT-04:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ LEIA MARIA REA NEDEL (CPF 304.XXX.XXX-15) em 27/04/2026 15:04:48 GMT-04:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Esta versão de verificação foi gerada em 27/04/2026 às 16:04 e assinada digitalmente pela 1Doc para garantir sua autenticidade e inviolabilidade com o documento que foi assinado pelas partes através da plataforma 1Doc, que poderá ser conferido por meio do seguinte link:

<https://camponovodoparecis.1doc.com.br/verificacao/CF19-9C96-162B-27EC>